

A RESISTÊNCIA PAJUBÁ CONTRA DISCURSOS CONSERVADORES: MORALIDADES EM DISPUTA NAS ELEIÇÕES DE 2024

PAJUBÁ RESISTANCE COUNTER CONSERVATIVE
DISCOURSES: MORALITIES IN DISPUTE IN THE 2024
ELECTIONS

RESISTENCIA PAJUBÁ CONTRA LOS DISCURSOS
CONSERVADORES: MORALIDADES EN DISPUTA EN
LAS ELECCIONES DE 2024

¹ Doutoranda em Sociologia e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com bolsa acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit) com especialização em Direito Digital. Advogada. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia (GEPDEM), cadastrado no diretório do CNPq. Pesquisadora do Legal Fronts Institute. Autora da obra "Uma mentira bem contada: estratégias discursivas e desinformação nas eleições" (Editora Telha, 2025) e demais obras coletivas. Pesquisadora com estudos direcionados na CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), com ênfase em tecnopolíticas, atuando principalmente nos seguintes temas: desinformação, práticas discursivas midiáticas, inteligência artificial, governança e regulação.

* Autor correspondente: Alana Maria Passos Barreto. E-mail: alanapassosbarreto@gmail.com

Alana Maria Passos Barreto^{1*} 

SUMÁRIO: *Introdução; 2 Interseccionalidades e entrelaçamentos; 3 Pajubá é resistência; 4 O contra avanço do conservadorismo; Considerações finais; Referências.*

CONTEXTUALIZAÇÃO: A comunidade LGBTQIAPN+ se transformou nos últimos anos em um dos movimentos sociais mais expressivos do Brasil.

OBJETIVOS: analisar como a linguagem e a identidade do pajubá – dialeto desenvolvido e usado principalmente por travestis e outros membros das comunidades LGBTQIAPN+ – atuar como formas de resistência frente a discursos conservadores e moralidades hegemônicas nas eleições legislativas brasileiras de 2024.

METODOLOGIA: A pesquisa qualitativa e exploratória utiliza análise bibliográfica, documental e dados eleitorais para contextualizar candidaturas LGBTQIAPN+. Emprega a interseccionalidade e a perspectiva decolonial, especialmente a colonialidade de gênero, para compreender opressões e violências sobre corpos trans, feminilizados e racializados, além da análise de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da organização suprapartidária Vote LGBT.

RESULTADOS: A visibilidade das candidaturas de travestis ressignifica o pajubá como símbolo de consciência coletiva e legitimação social. A presença dessas mulheres nos espaços de poder é fundamental para preservar a linguagem contracolonial pajubeyra, tornando o parlamento um espaço chave de resistência e disputa de narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Disputa; Eleições; Interseccionalidade; Pajubá; Travesti.

CONTEXTUALIZATION: The LGBTQIAPN+ community has become one of the most significant social movements in Brazil in recent years.

Recebido em: 09/05/2025

Aceito em: 09/04/2026

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



OBJECTIVES: To analyze how the language and identity of pajubá – a dialect developed and used primarily by transgender people and other members of the LGBTQIAPN+ community – act as forms of resistance against conservative discourses and hegemonic moralities in the 2024 Brazilian legislative elections.

METHODOLOGY: This qualitative, exploratory research uses bibliographic and documentary analysis, and electoral data to contextualize LGBTQIAPN+ candidacies. It employs intersectionality and a decolonial perspective, especially the coloniality of gender, to understand oppression and violence against trans, feminized, and racialized bodies, in addition to analyzing open data from the Superior Electoral Court (TSE) and the non-partisan organization Vote LGBT.

RESULTS: The visibility of transgender candidacies redefines pajubá as a symbol of collective consciousness and social legitimacy. The presence of these women in positions of power is essential to preserving the Pajubeyra countercolonial language, making parliament a key space for resistance and narrative dispute.

KEYWORDS: Dispute; Elections; Intersectionality; Pajubá; Transgender.

CONTEXTUALIZACIÓN: La comunidad LGBTQIAPN+ se ha convertido en uno de los movimientos sociales más significativos de Brasil en los últimos años.

OBJETIVOS: Analizar cómo la lengua y la identidad del pajubá – un dialecto desarrollado y utilizado principalmente por personas transgénero y otros miembros de la comunidad LGBTQIAPN+ – actúan como formas de resistencia contra los discursos conservadores y las moralidades hegemónicas en las elecciones legislativas brasileñas de 2024.

METODOLOGÍA: Esta investigación cualitativa exploratoria utiliza análisis bibliográficos y documentales, así como datos electorales, para contextualizar las candidaturas LGBTQIAPN+. Emplea la interseccionalidad y una perspectiva decolonial, especialmente la colonialidad de género, para comprender la opresión y la violencia contra las personas trans, feminizadas y racializadas, además de analizar datos abiertos del Tribunal Superior Electoral (TSE) y la organización no partidista Vote LGBT.

RESULTADOS: La visibilidad de las candidaturas transgénero redefine el pajubá como símbolo de conciencia colectiva y legitimidad social. La presencia de estas mujeres en puestos de poder es esencial para la preservación de la lengua contracolonial pajubeyra, convirtiendo el parlamento en un espacio clave para la resistencia y la disputa narrativa.

PALABRAS CLAVE: Disputa; Elecciones; Interseccionalidad; Pajubá; Transgénero.

INTRODUÇÃO

Apesar da solidez dos empecilhos construídos nos âmbitos social, econômico e cultural – sobretudo em razão da política negacionista do governo anterior –, as eleições de 2020 marcaram o aumento da quantidade de vereadoras negras, indígenas, travestis e transexuais eleitas no país. Esse fenômeno contrasta com o neoconservadorismo instalado nos âmbitos político e social brasileiros no período, mas nesse contraste reside uma das possíveis justificativas para a chegada de mais mulheres plurais a espaços de poder.

As eleições municipais de 2024 marcaram um momento histórico para a visibilidade de candidaturas LGBTQIAPN+, tendo em vista que pela primeira vez, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contabilizou oficialmente essas candidaturas, representando um avanço não apenas para as eleições brasileiras, mas também para o reconhecimento formal dessas lideranças no cenário político. Esse feito é especialmente importante, considerando que órgãos como o IBGE continuam resistindo em incluir a população LGBTQIAPN+ em seus registros¹, adotando posturas refratárias e transfóbicas.

Diante desse cenário, a organização *VoteLGBT* atua de forma suprapartidária, buscando abrir caminhos para que lideranças LGBTQIAPN+ participem da política de maneira segura e plena. Em 2022, a *VoteLGBT* divulgou um relatório sobre as eleições municipais de 2020, analisando o desempenho de 556 candidaturas LGBTQIAPN+, resultando na eleição de 97 delas. A pesquisa revelou que as lideranças LGBTQIAPN+ superaram as médias gerais de desempenho eleitoral em diversos contextos, especialmente nas grandes cidades e quando contavam com financiamento adequado. Esse dado comprova o potencial eleitoral dessas candidaturas quando recebem o suporte necessário.

A visibilidade proporcionada pelos dados produzidos pelo TSE nessas eleições é fundamental, mas é preciso um entendimento aprofundado do contexto para entender o que significam. Nesse sentido, foi possível observar, nas eleições municipais de 2024 uma intensificação de candidaturas de pessoas trans, com ênfase a mulheres trans que se identificam, sobretudo como travestis. Independentemente do espectro político com o qual essas pessoas estão inseridas, essas travestis carregam com si o pajubá.

O pajubá ou bajubá² é uma forma de falar sobre como comunidades são criadas no cruzamento entre identidade, pobreza, marginalidade, desassistência, talento, criatividade, estratégia e organização social. Criado em um momento de opressão vivenciado por corpos transviados durante a ditadura militar, esse dialeto se tornou mais evidente nos últimos anos, após ser tema de uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2018.

Ciente dos avanços das novas direitas em todas as esferas do legislativo (federal, estadual e municipal), as últimas eleições marcaram também uma clara tentativa de frear esse processo. Isso porque pessoas LGBTQIAPN+ têm destacado sua participação dentre as candidaturas, seja em partidos de direita, centro ou esquerda. Diante disso, a pergunta-problema que norteia este artigo é: como a linguagem e a identidade do pajubá, enquanto manifestação de resistência das comunidades LGBTQIAPN+, especialmente das travestis, desafiam os discursos conservadores e as moralidades hegemônicas nas eleições municipais brasileiras de 2024?

¹ Censo não contempla comunidade LGBTQIAPN+, admite IBGE. Valor, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/27/censo-no-contempla-comunidade-lgbtqiapn-admite-ibge.ghtml>

² Embora as duas denominações estejam corretas, será adotado, para fins deste trabalho, apenas o “pajubá” como forma de padronização.

Parte-se do pressuposto que a linguagem e a identidade do pajubá, enquanto expressão cultural e estratégia política das comunidades LGBTQIAPN+, especialmente das travestis, atuam como formas efetivas de resistência frente aos discursos conservadores e morais hegemônicas que buscam invisibilizar e excluir essas populações no contexto das eleições municipais brasileiras de 2024.

Essa hipótese parte da ideia de que o pajubá não é apenas um código linguístico, mas uma tecnologia política e epistemológica que possibilita a afirmação de identidades e a contestação do conservadorismo crescente, promove visibilidade e fortalece a participação dessas comunidades na política, mesmo diante das múltiplas opressões interseccionais (gênero, raça, classe, sexualidade).

Para realizar essa análise, o artigo traz uma abordagem interseccional e decolonial sobre o pajubá, caracterizado como marco de linguagem anticolonial. Valendo-se das discussões sobre a interseccionalidade estadunidense, e dos estudos no contexto latino-americano, o artigo aborda as dinâmicas de poder e opressão sobre corpos travestis que utilizaram da linguagem como maneira de resistir.

Em sequência, a segunda parte do artigo trata especificamente do sentido do pajubá. Tendo em vista que o dialeto é por si, um produto da própria interseccionalidade, é necessário aprofundar sobre seu conceito para entender a grande representação dessa forma de se comunicar que está cada vez mais inserida nos espaços políticos de poder.

Por fim, o artigo se desloca para a análise dos números das candidaturas eleitas no cenário das eleições municipais de 2024, que marcaram um aumento de candidaturas LGBTQIAPN+, e essencialmente de mulheres trans que se identificam como travestis – em sua totalidade. A inserção dessas mulheres no espaço político é essencial para a manutenção e reprodução da linguagem contracolonial pajubeyra nesses espaços de disputas de moralidades.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental, com caráter exploratório e descritivo. Dessa forma, a pesquisa adota uma abordagem de análise crítica, utilizando a interseccionalidade como ferramenta teórica e metodológica para compreender a complexidade da constituição da identidade e das opressões. A interseccionalidade, que compreende um projeto de conhecimento comprometido com políticas emancipatórias, é entendida como uma forma de dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado.

Além disso, a pesquisa se baseia em uma perspectiva decolonial, especialmente a colonialidade de gênero, para analisar a hierarquização das relações sociais e as violências que afetam corpos trans, feminilizados e racializados. O método também envolve a análise de dados eleitorais, como os fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela organização *VoteLGBT*, para contextualizar a crescente visibilidade de candidaturas LGBTQIAPN+. O estudo examina discursos e narrativas, como a do pajubá e as manipulações conservadoras sobre o conceito de gênero, para entender as disputas de poder e as estratégias de resistência.

Logo, a visibilidade das candidaturas de travestis e a afirmação de suas identidades ressignificam o pajubá, tornando-o um estandarte de uma “consciência individual com ideologias em comum” e um ato responsivo de legitimação ideológica social. Assim, a presença dessas mulheres em espaços de poder é essencial para a manutenção e reprodução da linguagem contracolonial pajubeyra, transformando o parlamento em uma arena central de disputa de narrativas e um espaço de resistência.

2 INTERSECCIONALIDADES E ENTRELAÇAMENTOS

Na contemporaneidade, os estudos de gênero e seus muitos vieses encontram-se em singular crescimento diante de uma vasta gama de novas identidades, compreensões e clamores de indivíduos que não visam mais o subterfúgio da invisibilidade.

De acordo com Lugones³, a tarefa do feminismo decolonial “inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la”. Isso porque se trata de “uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental”⁴.

Quando o feminismo negro foi incorporado à academia, ficou difícil sustentar as suscetibilidades do movimento quanto à pesquisa e à práxis. Um projeto de justiça social permaneceu, mas era diferente daquele que buscava transformar a academia; um projeto que, no processo de deslocamento para a academia, foi ele mesmo transformado.

Nesse sentido, a teórica do direito Kimberlé Crenshaw⁵, inserida contexto estadunidense, cunhou “interseccionalidade” ao tratar da invisibilidade de mulheres negras em políticas institucionais, o conceito tem uma história social densa em sua circulação pelo mundo, que tem realocado seus limites e potências nos planos teórico e político.

Assim, Collins entende a interseccionalidade como um movimento que compreende um projeto de conhecimento comprometido com as políticas emancipatórias⁶. Para além disso, trata-se de uma epistemologia e uma ferramenta analítica possível no processo de compreensão dos múltiplos prismas na constituição da identidade e das opressões vigentes. Como também, é uma forma de exercício da autonomia por meio de discurso sobre si, fundamentado no conhecimento concreto da realidade.

Trabalhar com a interseccionalidade significa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”⁷. A nascente dessa reivindicação acontece nas lutas, nas contestações e vidas de mulheres negras ao redor do globo. Ao constatar o silenciamento dessas contribuições pelo meio acadêmico, os pensamentos de intelectuais que combatem e evidenciam a exclusão tornam-se fundamentais para um entendimento interseccional.

Nas palavras de Collins é “uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas”⁸. Ao chegar às discussões e publicações acadêmicas, a interseccionalidade, no entanto, passou a ter mais caráter teórico do que pragmaticamente político.

Para Collins e Bilge, a interseccionalidade é uma abordagem que incentiva a pensar as relações de poder diante das categorias de raça, classe, gênero e orientação sexual, entre outras, mas que não devem

³ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 05 jan. 2024. p. 948.

⁴ MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 333–357, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2023. p. 346.

⁵ CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

⁶ COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatório. Parágrafo: *Revista Científica de Comunicação Social do FIAM-FAAM*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

⁷ AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? *Belo Horizonte: Letramento*, 2018. p. 14.

⁸ COLLINS, op. cit. p. 7.

ser vistas de maneira distinta, e sim analisadas enquanto categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. E apesar de muitas vezes invisibilizadas, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social⁹.

Em relação ao espaço acadêmico, foram pensadas políticas institucionais que ao mesmo tempo as atravessavam e as excediam, dada a complexidade das interconexões de violências que acometem corpos trans, feminilizados e racializados. Não por acaso, termos como “interseccionalidade” e “feminismo negro” emergiram nessas discussões. Um mote fundante nesse pensamento é a afirmação de que mulheres negras em movimento movimentam toda a sociedade¹⁰, suas reivindicações em perspectivas políticas e epistemológicas foram fundadas por feministas negras e interseccionais.

Falar com e a partir desses corpos marginalizados atravessa necessariamente uma reflexão e uma atuação sobre densas configurações de violência e dominação constitutivas da sociedade como um todo, assim como as potencialidades e limites, políticos e epistemológicos, de distintas posições sociais, suas possibilidades de conexão entre si, e suas respectivas estratégias de resistência ao firmar relações.

O poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos¹¹. Quijano identifica uma redistribuição radical do poder, que se deve, primeiro, às classes sociais¹².

Ele explica que a classificação das pessoas não se realiza somente no âmbito do poder – por exemplo, a economia – mas em todos e em cada um dos âmbitos. Isto porque a dominação é o requisito da exploração e a raça – pois os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados – é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista¹³.

Lugones demonstra que é possível compreender o colonialismo como um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas.

No debate brasileiro, o conceito se encontra com uma produção anterior que enfatiza as interconexões entre gênero, raça e classe – tais como os escritos de Lélia Gonzalez. Embora o uso do termo não seja consensual em campo, tomo-o como um convite à formação de alianças e redes, sem perder de vista seus pilares na produção de mulheres negras. Além disso, é importante destacar que a interseccionalidade tem se constituído como uma das bases do pensamento transfeminista brasileiro e latino-americano.

De acordo com Lugones, a colonialidade do gênero permite compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado¹⁴. Logo, o sistema de gênero

⁹ COLLINS; BILGE, op. cit.

¹⁰ DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹¹ QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. Revista de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma de Nuevo León, Año 4, Números 7-8, 2001. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/download/228/240/313>. Acesso em: 07 jan. 2024.

¹² QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. 07 jan. 2024.

¹³ Ibidem.

¹⁴ LUGONES, op. cit. 2014.

é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas. Portanto, descolonizar o gênero é decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social¹⁵.

Esse entendimento é crucial para que o Direito possa promover a inclusão e proteção dessas mulheres. O olhar crítico do feminismo decolonial oportuniza identificar os reflexos persistentes nas formulações civis da modernidade e, especialmente, em nossa contemporaneidade. Renata Carvalho provoca que quando travestis se movimentam, a sociedade toda se movimenta¹⁶. E tal qual Davis faz em relação às mulheres negras no contexto estadunidense, entendidas como base da pirâmide social, Renata Carvalho propõe a reflexão sobre os modos como as questões que atravessam pessoas trans possibilitam atuar teórica e politicamente sobre questões amplas da sociedade brasileira.

Essa abordagem sobre a colonialidade de gênero parte-se dos efeitos de construção cis-heteronormativa na hierarquização das relações sociais, que determina, portanto, o que é ser homem e mulher sob uma ótica binária de gênero, restrita aos órgãos genitais. Butler utiliza Foucault para ironizar uma suposta “verdade do sexo” que “é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes”, interseccionalmente atrelada a outros vetores de normatização¹⁷. Pode-se notar, por exemplo, como “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’”¹⁸.

Isso porque o caráter construído da sexualidade tem sido invocado para contrariar a alegação de que a sexualidade tem um modo natural e normativo, isto é, um modo que aproxima o fantasma normativo de uma heterossexualidade compulsória¹⁹. Dessa forma, os esforços para desnaturalizar esses padrões de sexualidade e gênero têm como seus principais inimigos os quadros normativos da heterossexualidade compulsória que operam mediante uma heteronormatividade.

A colonialidade se estabelece a partir do controle dos corpos que em há constante tentativa de enquadramento. Logo, pensar possibilidades decoloniais diante de cisnormatividades implica em proposições críticas de “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”, bem como na problematização e desnaturalização desta mesma “matriz de inteligibilidade”²⁰ cisnormativa binária. Tendo em vista que a visibilidade do oprimido faz com que, muitas vezes, o lado opressor se sinta ameaçado, a incompreensão daquilo que não se enquadra na heteronormatividade se torna medo e reflete em manipulações narrativas como a que será abordada.

As pessoas trans estão no centro de controvérsias públicas no país. Assim como as controvérsias são um conceito analítico de entrada nas imbricadas redes de disputa na constituição e implementação de direitos, tais reflexões possibilitam se questionar sobre os processos mais amplos de violência e dominação, assim como a emergência de redes afetivas e políticas que incluem e excedem o âmbito legal, no que se refere a população trans. Nessas controvérsias, o parlamento surge como uma arena central de disputas narrativas, assim como um locus reflexivo que desvela a circulação de saberes, corpos e afetos.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ CARVALHO, Renata. O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte. Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 1, p. 213–216, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41816. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/41816>. Acesso em: 7 dez. 2024.

¹⁷ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 38.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo, Editora n-1 edições, 2019.

²⁰ BUTLER, op. cit. 2003, p. 38-39.

É inegável a força e importância que uma frente LGBTQIAPN+ coesa teve e tem na história dos grupos que compõe a sigla. Entretanto, negar ou ignorar as diferenças entre eles acaba por tornar invisível alguns grupos e suas necessidades em detrimento de outros. No movimento, existem homens e mulheres cis e trans, há também pessoas que não se identificam com nenhum ou com mais de um gênero. Há indivíduos de diferentes classes sociais, origens étnicas, orientações sexuais, entre outros, que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis à discriminação do que outros.

Sendo assim, a adoção da interseccionalidade como instrumento de análise neste artigo é essencial, visto que a equidade entre grupos e indivíduos *queer*, assim como na sociedade, é inexistente. Desta maneira, trabalhar com esta perspectiva permite enxergar o colapso das estruturas sociais nas militâncias²¹.

Ainda é preciso explicitar que esta abordagem é essencialmente feminista e parte do princípio da existência do patriarcado, sistema de dominação masculina que sujeita mulheres à opressão. Porém, antes de se aprofundar na análise sobre o que é a interseccionalidade, torna-se necessária a discussão sobre o que é ser mulher e a noção de gênero, sexualidade e sexo, sendo que estes conceitos são chaves na linha do pensamento feminista na qual está inserido este artigo.

Há um sistema que empurra à margem tudo que não corresponde à heterocisnormatividade branca e a centralidade está no arquétipo da hegemonia. São discursos de instituições como a religião, a medicina, o direito que ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto ela está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas²².

À margem, esses corpos desenvolvem uma consciência potente e radical que geralmente é estratégia de existência, resistência, persistência e sobrevivência – não, necessariamente, nesta ordem. Há de se ressaltar o emprego da palavra “resistência” como um conjunto de estratégias e ações que oportunizam emancipação, rotas provisórias de fuga e reinvenção de si. Diz respeito a um fenômeno complexo que excede o ato de somente reagir às opressões e estruturas sociais, mas que também o faz, logo resistência não é uma relação de causa-efeito, linear, em que primeiro ocorre a opressão e aí, somente aí, ocorre a resistência²³.

O sentido de resistência é de estratégias éticas, políticas, estéticas, epistemológicas, artísticas, de permitir se fazer viver. Se essas pessoas existem, é porque sobreviveram e resistiram.

3 PAJUBÁ É RESISTÊNCIA

Entender a heteronormatividade como parte de um projeto de colonização sexual atual significa reconhecer uma alteração nas táticas do colonizador. Anteriormente, no contexto da colonização, utilizava-se a força física brutalmente e estratégias ideológicas enganosas para instaurar um projeto para criar uma nação heterossexual e reprodutora, fundamentada na família nuclear burguesa e proprietária.

O estabelecimento de uma nação heterossexual e reprodutora baseada na família mononuclear, burguesa²⁴ e proprietária²⁵. Assim, se superamos a colonialidade em seu estágio inicial, aquela das

²¹ AKOTIRENE, op. cit.

²² OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O Diabo em Forma de Gente: (re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Simões Filho: Editora Devires, 2020.

²³ BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

²⁴ MISKOLCI, Richard. O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

²⁵ CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce Ellen Silva. Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, p. 127-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2015/jan.abr.v25n45.010>. Acesso em: 06 dez. 2024.

administrações coloniais, da presença física do colonizador²⁶, passamos, agora, a outro momento, em que o poder do colonizador é menos visível, em termos de estruturas físicas. E é exatamente sobre, em relação a e em resposta a essa heteronormatividade pós-colonial que as linguagens pajubeyras irrompem no corpo social como fissura e sentido anômalo.

O pajubá é uma resposta do corpo abjeto ao sistema global de cerceamento e subalternização das subjetividades. Uma estratégia de descolonização, logo, a heteronormatividade é um regime político e epistemológico de regulação de gênero, sexualidade e corporalidade²⁷.

É possível perceber esse cenário, quando, na edição de nº 32, de 1981, intitulada “Brasil, campeão mundial de travestis”, o *Lampião da Esquina*, jornal alternativo construído majoritariamente por homens gays que circulava nesses anos de censura, chama a atenção para os perigos constantes vivenciados pelas travestis naquela época:

[...] travesti deve ter duas qualidades primordiais: olhos de lince e pernas de avestruz. E mais ainda, permanecer em estado de vigília, pois os camburões transformaram a área onde atuam numa selva perigosa e traiçoeira. As barcas se encontram à espreita dessa caça, cujo destino pode ser, principalmente, o 3º distrito policial [...] ²⁸.

Esses corpos perseguidos tiveram que criar mecanismos e técnicas outras de sobrevivência a Operação Tarântula²⁹ e uma delas foi através do campo da linguagem, com a criação de um código de (re)existência própria entendido exclusivamente por eles e elas para dificultar a ação truculenta dos policiais nas ruas.

“Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem”³⁰. Sendo a mesma condição dos negros-escravizados que foram submetidos aos Estados Unidos e precisaram reconfigurar o inglês padrão para reivindicar um espaço de resistência a partir da linguagem³¹.

Para ela, os colonizados se utilizarem da língua do opressor, reconfigurando e ressignificando em um contexto de dominação para um uso emancipatório, seria um movimento de criação de uma contralíngua, onde: “possuindo a língua compartilhada, povos negros poderiam encontrar de novo uma

²⁶ GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocênticas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 06 dez. 2024.

²⁷ LIMA, Carlos Henrique Lucas. Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. São Paulo: Editora Devires, 2017.

²⁸ AUGUSTO, Paulo; FUKUSHINA, Francisco. Na Paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 5, 1981. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/36-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-32-JANEIRO-1981.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

²⁹ A Operação Tarântula é marcada por um momento pós-ditadura militar de racionalidade punitivista que se soma ao pânico moral produzido pela divulgação do que foi nomeado como “epidemia de AIDS”, materializando formas de perseguição e mesmo caça às travestis e demais população LGBTI brasileira. Em São Paulo houve a oficialização de uma operação policial e sua divulgação na mídia local apontam para um movimento que é ao mesmo tempo, localizado e generalizado por outros territórios. Suspeita-se que houve a operação em todos os estados brasileiros, tendo em vista a verossimilhança de relatos de travestis que viveram nessa época, sobre as violências legitimadas pelo Estado, bem como sobre a arbitrariedade de processos de incriminação a que foram submetidas CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. spe2, p. 175–191, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Acesso em: 06 dez. 2024.

³⁰ hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/ novas linguagens. Trad. Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008. p. 863-864.

³¹ Ibidem.

maneira de fazer comunidade, e um sentido para criar a solidariedade política necessária para resistir”³². Ao defender uma cultura contracolonial, Antônio Bispo dos Santos remete a “guerra das denominações” como “o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las”³³.

A comunidade LGBTQIAPN+ se transformou nos últimos anos em um dos movimentos sociais mais expressivos do Brasil. Travesti é uma identidade de gênero feminina e especificamente latino-americana com a qual se reconhecem pessoas que ao nascerem tiveram o seu gênero designado a partir do sexo masculino. Não necessariamente se consideram mulheres, mas igualmente não se identificam como homens.

“O peso dado a esta palavra: Travesti. A este corpo Travesti. Ela, a palavra, é repetida diversas vezes. É preciso cansar, desgastá-la. É preciso falar sobre sem sussurrar, sem cochichar, sem vergonha. Vamos dissecá-la. É preciso.”³⁴.

Sobre ser travesti, destaca-se que:

A designação travesti não estava ligada [...] de maneira estrita, à uma identidade ou expressão de gênero, como nos dias atuais. A travestilidade, na época chamada ‘travestismo’, era associada a um ‘desvio’ patológico naqueles homens que ‘se faziam passar por mulheres’ adotando indumentárias, roupas ou expressões, por exemplo, atribuídas ao considerado feminino. Em um contexto em que a discussão sobre a construção social do gênero simplesmente não existia, os indivíduos tinham seus gêneros reconhecidos a partir dos seus ‘sexos biológicos’, uma identificação estritamente binária. Assim, tornou-se muito comum a expressão ‘fazer travesti’, que já era utilizada pelo menos desde o século XVIII como forma de se referir ao ‘travestismo’ em termos artísticos, principalmente no teatro. No Brasil essa forma de exposição artística sempre ocorreu, mas se intensificou ao longo do século XX no que ficou conhecido como ‘fazer travesti’, o ‘travesti artístico’, uma travestilidade que era dissociada do ‘travestismo patológico’, do ‘travesti comum’ e ‘marginal’ relacionado a diversas formas de ‘desregramento’ e ‘degeneração’, como a exploração sexual, a prostituição e a marginalização social³⁵.

De acordo com Butler, os gêneros são performados a partir de construções sociais e discursivas baseadas em um sistema epistemológico e ontológico que deve ser entendido como a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”³⁶. A identidade travesti é como uma performance, assim como os demais gêneros.

Nesse sentido, compreende-se que as travestis constroem e performam a sua identidade a partir de uma construção particular do que entendem como “feminino” e em confronto com a ordem binária compulsória que tenciona forjar seus gêneros como masculinos em relação ao sexo biológico³⁷. Antes, entendidas conforme os parâmetros da “travestilidade” (como nos períodos colonial e imperial em que atores teatrais travestiam-se de mulheres), e posteriormente do “travestismo” (conceito usado na patologização de tal identidade, vista como uma perversão ou inversão dos “instintos sexuais” dos indivíduos), sua história é uma história de resistência em variados níveis que se estende até hoje.

³² Ibidem, p. 859.

³³ SANTOS, Antônio Bispo. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Editora UBU/Piseagrama, 2023. p. 13.

³⁴ CARVALHO, Renata. O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte. Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 1, p. 213–216, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41816. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/41816>. Acesso em: 7 dez. 2024.

³⁵ BARCELOS SOLIVA, Thiago; GOMES JUNIOR, João. Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950). Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 123-148, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30003>. Acesso em: 19 nov. 2024. p. 145.

³⁶ BUTLER, op. cit. 2003.

³⁷ MARQUES, Micael Oliveira. NÓS, BICHAS PRETAS, NA ESCOLA! “Etnicidentidade” monstruosa, saúde mental e vivências escolares. 2024. 198f. (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2024.

Em novembro de 2018, uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que abordava o pajubá – descrito como um “dialeto secreto” falado por gays e travestis com origem no iorubá – gerou uma série de controvérsias públicas. Jair Bolsonaro, à época presidente da República, se manifestou sobre o caso, afirmando que a pergunta “não mede conhecimento nenhum, a não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto”, reforçando ainda a necessidade de abordagem de conhecimentos “úteis” e afirmando que analisaria pessoalmente a prova, com antecedência, no ano seguinte.

“O pajubá não é um apanhado de gírias ou um “dialeto secreto”, mas uma linguagem que exprime uma relação muito particular com o mundo, na qual se forja, organicamente e na base da paulada, uma epistemologia também particular”³⁸. O pajubá se estrutura como um mecanismo de subversão na elaboração linguística de uma identidade de grupo, subjetividades individuais, resistências sociais e no confronto com as normas binárias de existência socialmente impostas.

Caracteriza-se enquanto um dialeto criado e usado pela comunidade LGBTTIAPN+ no Brasil, especialmente entre as travestis. O Pajubá é uma linguagem que mistura o português com palavras e expressões do léxico yorubá, nagô e de outras línguas africanas ocidentais³⁹. Esta linguagem logo se consolidou numa forma de proteção de suas/seus falantes. Com o passar do tempo, ultrapassou suas primeiras usuárias e disseminou-se por toda a comunidade, apresentando inclusive variações regionais. Atualmente existe uma variação que pode ser notada entre o pajubá, como historicamente se consolidou, e as “linguagens pajubeyras”.

[...] um conceito de pretensão mais abrangente e que almeja dar conta da disseminação do pajubá não só para outros grupos identitários para além das pessoas trans (em especial as travestis), como ainda dos processos de criação de palavras e expressões não necessariamente relacionadas a idiomas e dialetos de origem africana⁴⁰.

11

Oriundo dos espaços religiosos de matriz africana – onde havia a presença massiva dessa população, tendo em vista que “a noção de pessoa no candomblé reconhece a importância do indivíduo integralmente, reforçando a teoria da religião não ter caráter discriminatório”⁴¹ – o Pajubá é a mistura do português com o nagô/iorubá, línguas africanas trazidas ao Brasil pelos negros escravizados.

Essa fusão linguística remonta ao fato de que a historicidade do dialeto está intrinsicamente ligada à historicidade da população negra no Brasil, justificando, assim, o recorte racial (e de classe) dos sujeitos falantes naquela época – majoritariamente grupo de gays e travestis pobres candomblecistas. “Não há gramática livre do poder, forjada totalmente em ‘liberdade’, mas sim em constante resistência”⁴².

Para Michel Foucault, não há discurso neutro e todo discurso é dotado de poder, pois ele não traduz simplesmente as lutas ou os sistemas de dominação que o produziram, mas apresenta o poder que as classes dominadas querem deter, aquilo pelo que lutam: o poder de contar suas próprias histórias⁴³. Dessa forma, portanto, como empregado pelas travestis, o pajubá é vivido enquanto uma performatividade da linguagem, sendo uma tecnologia que propõe éticas, sociabilidades, aproximações e resistências.

³⁸ PALHA, Amanda. Prefácio. In: MOIRA, Amara. Neca + 20 poematos travessos. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021. p. 8.

³⁹ MARQUES, op. cit.

⁴⁰ LIMA, op. cit., p. 56

⁴¹ BARROS, José Flávio Pessoa de; TEIXEIRA, Maria Lina Leão. O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (org.). Candomblé: religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras. Rio de Janeiro: Pallas, 2000, p. 102-138. p. 111.

⁴² LIMA, op. cit., p. 93.

⁴³ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Palavras como “alibã”, “mapô”, “odara”, “obé”, “baco”, “cacura”, “colorí”, “marafo”, “taba”, etc., ao serem empregadas discursivamente e operacionalizadas na fala fazem do pajubá um discurso “às avessas”, que questiona a lógica dada e imposta e defende posturas e identidades outras. Por fim, é isso que o pajubá possibilita às travestis: a expressão livre, a possibilidade de contarem suas histórias e serem entendidas pelas/os suas/seus companheiras/os.

4 O CONTRA AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Em comunidades conservadores, “gênero” é considerado um código para pautas políticas que buscam destruir a família tradicional. Nesse sentido, o gênero é representado como uma ameaça às crianças, à segurança nacional, a comunhão cis-heteronormativa, além de ser uma espécie de conspiração das elites para imposição de seus valores culturais⁴⁴.

Gênero não é uma ideologia, tampouco projetos políticos de igualdade entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais ou pauta política da esquerda. Gênero se trata de um conceito científico criado pela Medicina na década de 1950 e, posteriormente, incorporado e desenvolvido por estudos feministas para compreender a diferença entre sexo biológico e as relações de desigualdade construídas cultural e politicamente sobre essa diferença⁴⁵. “O conceito de gênero introduz uma ruptura justamente porque refere-se ao primeiro momento de autorreflexão da epistemologia baseada na diferença sexual”⁴⁶.

“[A] heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’”⁴⁷. Nesse sentido, tanto a heterossexualidade sancionada quanto a homossexualidade transgressora são produzidas pela lei/dentro da lei. “O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”⁴⁸.

Na construção da sexualidade, isso tem sido invocado para contrariar a alegação de que a sexualidade tem um modo natural e normativo, isto é, um modo que aproxima o fantasma normativo de uma heterossexualidade compulsória⁴⁹. Dessa forma, os esforços para desnaturalizar esses padrões de gênero e sexualidade têm como seus principais inimigos os quadros normativos da heterossexualidade compulsória que operam mediante uma heteronormatividade.

Butler questiona se o gênero é a construção social do sexo e, portanto, se não há acesso a esse “sexo”, a não ser pela sua construção, então além do sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna uma ficção, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto. Nessa linha de raciocínio, Preciado coloca que a lógica da heterossexualidade remete à possibilidade transcendental de dar a um órgão arbitrário o poder de instaurar a diferença sexual e de gênero⁵⁰.

⁴⁴ BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024.

⁴⁵ MISKOLCI, Richard. Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

⁴⁶ BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. Revista Estudos Feministas, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79288>. Acesso em: 18 set. 2024. p. 5.

⁴⁷ BUTLER, op. cit., 2003, p. 38.

⁴⁸ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [recurso eletrônico]. 2018:33.

⁴⁹ BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo, Editora n-1 edições, 2019.

⁵⁰ PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

Por sua vez, Preciado pontua que o sexo, o gênero e a sexualidade são resultados de dispositivos inseridos em um sistema tecnológico e sociopolítico complexo⁵¹. Ou seja, “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual” não passam de produtos, instrumentos, redes, conexões, fluxos de informação, usos e desvios que incidem sobre o corpo.

Através da noção de “transversalidade”, de Deleuze, e de “desconstrução”, de Derrida, Preciado entende o gênero como algo constante e puramente construído e, ao mesmo tempo, inteiramente orgânico. Ele não é simplesmente performativo, antes de tudo, ele é prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria⁵².

Existe uma disputa em torno do sentido de gênero e uma grande controvérsia sobre usos e abusos de seu conceito. Por sua vez, ele é apossado como um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais. Tendo em vista que a visibilidade do oprimido faz com que, muitas vezes, o lado opressor se sinta ameaçado, a incompreensão daquilo que não se enquadra na cis-heteronormatividade se torna medo e reflete em manipulações narrativas.

Diante disso, o pajubá surge como uma identidade social, ou seja, uma ação da voz e da consciência individual como fator social ideológico. A consciência individual é um fato social e ideológico, uma vez que a identidade se constrói a partir do movimento de interação verbal entre os indivíduos que representam uma ou mais coletividades, constituindo uma “voz” única e individual⁵³.

No quadro da sociedade marcada por uma intensa polarização entre grupos sociais e ascensão de discursos conservadores, um jargão como o pajubá surge como uma manifestação dessa forma “eu-coletividade”. Estandarte de um conjunto de consciências individuais com ideologias em comum e um ato responsivo de legitimação ideológica social⁵⁴.

Diante dessas circunstâncias, nas eleições municipais de 2024 cerca de 225 pessoas LGBTQIAPN+ foram eleitas, sendo três delas para prefeituras. Conforme o levantamento da organização não governamental *Vote LGBT*, o número representa um aumento de 130% em relação ao registrado no pleito de 2020⁵⁵.

Apesar da solidez dos empecilhos construídos nos âmbitos social, econômico e cultural, as eleições de 2020 foram um marco do aumento da quantidade de vereadoras negras, indígenas, travestis e transexuais eleitas no país. Inegavelmente, tal fenômeno contrasta com o conservadorismo instalado nos âmbitos político e social brasileiros no período⁵⁶, mas nesse contraste reside uma das possíveis justificativas para a chegada de mais pessoas plurais aos espaços de poder.

Destaca-se que a coleta de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda carece de maior atenção, uma vez que muitas pessoas não sabem o significado de termos como “cisgênero”, “nome social” ou “assexual”. Além disso, a justiça eleitoral também não coleta informações sobre pessoas intersexo e não-binárias.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

⁵³ BOAVENTURA, Luis Henrique; LAGO, Kaian; FREITAS, Ernani Cesar de. Pajubá: manifestação do ethos na polarização discursiva. *Revista encantar*, v. 3, p. e021006, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8851>. Acesso em: 9 fev. 2025.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ VOTELGBT. Eleitas LGBT+ 2024. *Vote LGBT*, 2024. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/87b74c67-90ba-42f9-ac8e-70ee9944d57f/page/QZF3D>. Acesso em: 08 dez. 2024.

⁵⁶ Destaca-se a atuação de Nikolas Ferreira que tem ajudado a avançar o discurso conservador na Câmara dos Deputados, inclusive com ataques transfóbicos contra a deputada Erika Hilton. Como também em construir novos nomes conservadores em novas eleições.

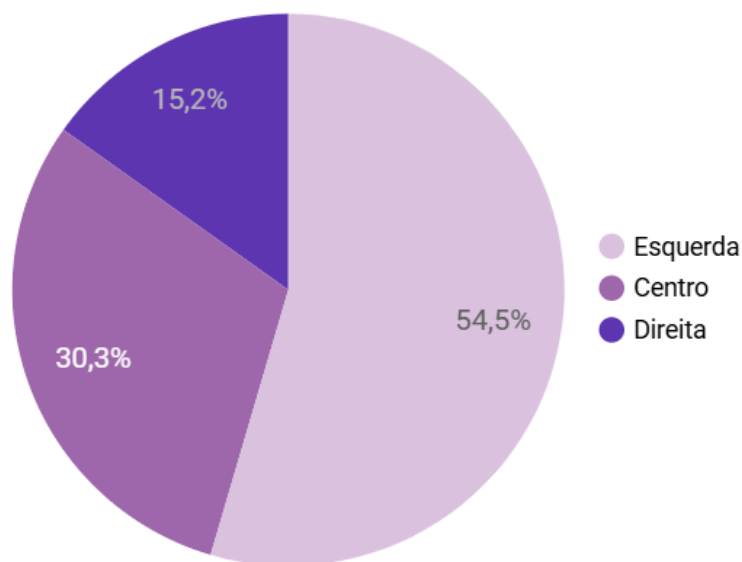
Tabela 1. Espectro político dos partidos brasileiros.

Esquerda	Centro	Direita
pt, psol, psb, pdt, rede, pc do b, pv, up, pstu, pcb	mdb, psd, pp, solidariedade, podemos, avante, agir, pmb, mobiliza	união brasil, psdb, republicanos, prd, pl, cidadania, novo, dc, prtb

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Conforme a *Vote LGBT*, a escolha dos partidos é um dos desafios mais citados, especialmente para representantes LGBTQIAPN+ de cidades pequenas, onde não é comum haver muitos partidos e onde nem sempre existe uma ideologia política muito definida⁵⁷. Especialmente para as candidaturas LGBTQIAPN+ destas cidades menores, o apoio e a acolhida real aos corpos desviantes nem sempre são oferecidos pelo partido junto ao aceite da candidatura.

As candidaturas mais favorecidas pelos partidos costumam ser: políticos tradicionais da cidade, pessoas que já foram eleitas ou já concorreram anteriormente, privilegiando aqueles que, na avaliação das direções partidárias, podem oferecer maior quantidade de votos para somar no quociente eleitoral⁵⁸. Esse cenário justifica a escolha de muitas travestis por partidos de direita ou centro.

**Gráfico 1.** Porcentagem por eixo partidário.

Fonte: Vote LGBT.

Muito embora, algumas candidaturas optem por não defender tão abertamente pautas LGBTQIAPN+ em suas campanhas, uma vez eleitas, elas procuram inseri-las em sua atuação. Esconder sua identidade e se ausentar de debates públicos muitas vezes não é uma opção, uma vez que ser LGBTQIAPN+ atravessa todos os lugares da vida das pessoas, da vida privada até a vida social e profissional⁵⁹.

O grupo majoritário (de corpos não-desviantes) continuamente agirá como se o minoritário (corpos desviantes) não tivesse uma identidade. Contudo, é importante destacar que as mulheres trans eleitas se identificam como travestis. Ao buscar seus perfis nas redes sociais, essas mulheres fazem questão de destacar sua identidade enquanto travesti, independentemente de partido político. Ciente da especificidade latino-

⁵⁷ VOTELGBT. A Política LGBT+ Brasileira: entre potências e apagamentos. Vote LGBT, 2022. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/645a82ef72df1e50defcf770/t/64b53bb1967aac77d99dfda5/1689598902789/2022+PT+A+POLITICA+LGBT%2B+BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

americana que as travestis carregam, observar esse orgulho político dessa identidade torna ainda mais simbólico para a construção do pajubá. Além disso, possuem uma agenda progressista marcada pela defesa dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+.

“É nisso que consiste o projeto político pajubeyro [...] as políticas queer têm por objetivo a constituição de uma “coalização para a resistência à heteronormatividade”⁶⁰. E para isso, esses corpos desviantes vão tentar emergir e conquistar esses espaços de poder independente de eixo político, ainda mais sendo considerado as particularidades e excentricidades das eleições municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pajubá permite performances sociais e de gênero, fomenta novas instâncias sociais e subjetivações, cria fissuras nos discursos hegemônicos e apresenta devires pessoais. Igualmente, colabora com o desenvolvimento de sociabilidades, reconhecimentos, afetos e resistências frente à cultura majoritariamente cisgênero, heterossexual e branca da sociedade brasileira. É uma articulação de identidade e do cuidado de si, que promove visibilidade a um grupo socialmente marginalizado e subalternizado.

O jargão Pajubá originou, então, um contradiscurso completamente avesso às ideologias identitárias do grupo LGBTQIAPN+. Um dos componentes que marcou a argumentação criada por esse contradiscurso foi a adoção do termo “ideologia de gênero”, sob tons pejorativos. Sabe-se que a política é um forte espaço de poder, por isso, é estratégico para a população LGBTQIAPN+ ocupar este espaço e ajudar a contribuir com o debate democrático. No entanto, essa ocupação não é sempre bem-vinda, e esses grupos conservadores manifestam sua insatisfação com a presença LGBTQIAPN+ através da violência política.

Assim, o presente artigo analisou a resistência do dialeto pajubá diante do avanço de discursos conservadores na política brasileira, com foco nas eleições municipais de 2024. A pesquisa parte da premissa de que a presença de mulheres travestis em cargos legislativos por si só representa uma resposta à ascensão conservadora e dá nova visibilidade ao pajubá.

Nas eleições municipais de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contabilizou oficialmente candidaturas LGBTQIAPN+ pela primeira vez, um avanço no reconhecimento dessas lideranças políticas. O levantamento da organização não governamental Vote LGBT mostrou que 225 pessoas LGBTQIAPN+ foram eleitas, incluindo três prefeitas, representando um aumento de 130% em comparação com as eleições de 2020. Esse fenômeno contrasta com o neoconservadorismo presente nos contextos político e social do Brasil.

O pajubá é uma forma de falar sobre como as comunidades são criadas na intersecção entre identidade, pobreza, marginalidade, talento e organização social. O dialeto foi criado em um período de opressão contra corpos transviados durante a ditadura militar, como um mecanismo de sobrevivência e resistência à perseguição policial.

A visibilidade das candidaturas de travestis e a afirmação de suas identidades resignificam o pajubá, tornando-o um estandarte de uma “consciência individual com ideologias em comum” e um ato responsivo de legitimação ideológica social. Assim, a presença dessas mulheres em espaços de poder é essencial para a manutenção e reprodução da linguagem contracolonial pajubeyra, transformando o parlamento em uma arena central de disputa de narrativas e um espaço de resistência. Dessa forma, o

⁶⁰ LIMA, op. cit., p. 138.

pajubá se consolida como uma manifestação potente da resistência cultural e política contra a cis-heteronormatividade e os discursos conservadores que buscam a invisibilidade e a exclusão da comunidade LGBTQIAPN+. A resistência, nesse contexto, não é apenas uma reação à opressão, mas um conjunto de estratégias éticas, políticas e epistemológicas que permitem a essas pessoas viverem e se fazerem visíveis em uma sociedade que tenta marginalizá-las.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AUGUSTO, Paulo; FUKUSHINA, Francisco. **Na Paulicéia, com olhos de lince e pernas de avestruz.** Lâmpião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 32, p. 5, 1981. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/36-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-32-JANEIRO-1981.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

BARCELOS SOLIVA, Thiago; GOMES JUNIOR, João. Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 123-148, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30003>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BARROS, José Flávio Pessoa de; TEIXEIRA, Maria Lina Leão. O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (org.). **Candomblé: religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras.** Rio de Janeiro: Pallas, 2000, p. 102-138.

BOAVENTURA, Luis Henrique; LAGO, Kaian; FREITAS, Ernani Cesar de. Pajubá: manifestação do ethos na polarização discursiva. **Revista encantar**, v. 3, p. e021006, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8851>. Acesso em: 9 fev. 2025.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/79288>. Acesso em: 18 set. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 [recurso eletrônico].

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”.** São Paulo, Editora n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; GOULART, Treyce Ellen Silva. Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações queer e decoloniais. **Revista da FAEEBA: Educação**

e **Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 127-143, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2015/jan.abr.v25n45.010>. Acesso em: 06 dez. 2024.

CARVALHO, Renata. O Corpo Transvestigênera – O Corpo Travesti – Na Arte. **Revista Docência e Cíbercultura**, v. 3, n. 1, p. 213–216, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41816. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41816>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, p. 175–191, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>. Acesso em: 06 dez. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatório. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social do FIAM-FAAM**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 06 dez. 2024.

hooks, bel. Linguagem: ensinar novas paisagens/ novas linguagens. Trad. Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. São Paulo: Editora Devires, 2017.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 22(3), 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 05 jan. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Helena Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARQUES, Micael Oliveira. **NÓS, BICHAS PRETAS, NA ESCOLA! “Etnicidentidade” monstruosa, saúde mental e vivências escolares**. 2024. 198f. (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2024.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais**: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 144 p.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O Diabo em Forma de Gente**: (re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Simões Filho: Editora Devires, 2020.

PALHA, Amanda. Prefácio. In: MOIRA, Amara. **Neca + 20 poemetos travessos**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: Zahar, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales**, Universidad Autónoma de Nuevo León, Año 4, Números 7-8, 2001. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/download/228/240/313>. Acesso em: 07 jan. 2024.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. 07 jan. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Editora UBU/Piscapalmeira, 2023.

VOTELGBT. **Eleitas LGBT+ 2024**. Vote LGBT, 2024a. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/87b74c67-90ba-42f9-ac8e-70ee9944d57f/page/QZF3D>.

VOTELGBT. **Candidaturas LGBT+ para as Eleições de 2024**. Vote LGBT, 2024b. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/3d4ca58a-15f3-41dd-9461-93f867ec5089/page/QZF3D>. Acesso em: 08 dez. 2024.

VOTELGBT. **A Política LGBT+ Brasileira**: entre potências e apagamentos. Vote LGBT, 2022. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/645a82ef72df1e50defcf770/t/64b53bb1967aae77d99dfda5/1689598902789/2022+PT+A+POLITICA+LGBT%2B+BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.